

Assembléia Local Constituinte tem primeiro debate

O Sindicato dos Engenheiros de Brasília promove hoje, no auditório do Confea (508 Norte), a partir das 20 horas, o primeiro debate sobre Assembléia Local Constituinte. O objetivo é fornecer subsídios à Assembléia Nacional Constituinte e, num segundo momento, adaptar os trabalhos à formação de uma Constituição local.

Do debate, aberto a todos os segmentos da sociedade brasiliense, participarão, além do presidente do Confea, Luiz Carlos Santos, e do diretor do Sindicato dos Engenheiros, Benjamim Sicsu, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, e representantes da Fundação Pedrosa Horta.

A realização do evento é o cumprimento da deliberação tomada durante o I Encontro de Engenheiros de Brasília, realizado entre os dias 15 a 18 de maio último, quando a categoria levantou questionamentos sobre o seu papel na elaboração da nova Carta Magna.

Carta à Nação

Os engenheiros de Brasília em carta aberta à Nação colocam a necessidade de se discutir aberta e democraticamente os problemas nacionais e locais, como forma da categoria se fazer representar legitimamente na sociedade. Neste sentido eles propõem entre outros itens a convocação de uma Assembléia Local Constituinte, abrangendo os diversos segmentos da sociedade com o objetivo de elaborar o seu anteprojeto, que seria realizada juntamente com a Assembléia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1986; criação de um sistema de proteção ao Meio Ambiente do DF; execução imediata do Programa de Obras de recuperação do Lago Paranoá; implantação de uma estação de piscicultura; solução para a invasão da Vila Paranoá; reforma tributária que atinja, prioritariamente, lucros e não a massa salarial; implantação do Pólo de Informática no DF; revisão da política habitacional; reforma agrária com a participação efetiva dos trabalhadores; liberdade e autonomia sindical e eleições livres e diretas em todos os níveis.

Na sua carta, os engenheiros propõem que o ato convocatório da Constituinte se faça até o dia 15 de novembro deste ano pelo conjunto dos três poderes, com a revogação das medidas e leis de exceção, cerceadoras da organização popular, o recadastramento de todos os eleitores nos Estados, territórios, DF e municípios. Sugere ainda a adoção de políticas de proteção às iniciativas, tecnologia e às empresas nacionais, tendo como contrapartida maior controle da gestão do capital estrangeiro no País.

ANC 88

Pasta Jun/85

092/1985